



Democracia e Socialismo: propostas de políticas econômicas do operariado em organização no Brasil (1890 – 1894)

Adalberto Coutinho de ARAÚJO NETO¹

Primeiras palavras

Já há muito os historiadores declaram que seu trabalho investigativo sobre passado é motivado por questões e inquietações de seu tempo, afinal, o historiador é alguém de seu tempo (BLOCHI, 2001). E, muitos de nós são movidos por inquietações que proveem de nosso contexto político, econômico e social nacional e internacional. Voltamos nossos olhos para a História para, a partir da compreensão do processo histórico e da atuação de agentes e atores coletivos, institucionalizados ou não, buscarmos elementos que possam contribuir de alguma forma, com nossa reflexão sobre problemas atuais. Inclusive, contribuir para o debate amplo de ideias, conceitos, concepções e propostas. Não faremos isso mitificando o passado e erigindo superficialmente heróis e exemplos edificantes; mas compreendendo em suas trajetórias, propostas, contradições e limitações nossa própria história, seja como classe ou como espectro político ideológico escolhido e adotado².

Se nos anos finais da década de 1970 e durante toda a década de 1980 o interesse pelo aprendizado e pesquisa histórica, política e sociológica sobre o operariado em suas organizações, correntes etc., foi movido pela irrupção do Novo Sindicalismo e das grandes Greves do ABC Paulista, do surgimento do Partido dos Trabalhadores e

¹ Doutor em História Econômica pela FFLCH-USP, professor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), campus Piracicaba. Membro do GP TESE (Grupo de Pesquisa Trabalho, Economia, Sociedade e Ensino), cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa do IFSP e no CNPq.

² Vem daí a preocupação em não considerar a história nem como simplesmente a sequência dos fatos e processos que levam aos tempos atuais. Nesse sentido, era preciso superar o “mito das origens”. A História tem a importância de explicar o presente não exatamente da forma de se remontar causas e consequências que venham de um passado longínquo até os dias de hoje, mas quando o passado é interrogado a partir de preocupações do presente. Nesse sentido, o historiador é alguém de seu tempo. A preocupação da História é a humanidade. Mesmo que o historiador mergulhe no passado e tenha-o como sua matéria-prima principal, ele o interroga, compreende-o a partir de suas preocupações atuais, de sua própria época. Não se deve considerar daí que se possa transferir categorias explicativas etc., do presente para o passado: isso é um anacronismo que força ideias não pensadas pelos homens do passado e falseia a interpretação histórica. Bloch insiste que a história é uma *ciência*. Mas não é uma ciência do passado, mas, da humanidade no tempo. Cientificamente, essa é a principal utilidade dela, ou seja, a de responder indagações contemporâneas sobre processos passados.



revigoração do movimento operário/sindical no contexto de crise da Ditadura Civil-Militar e processo de abertura democrática que pôs fim ao regime, o momento atual exige uma retomada reflexiva e compreensiva de muitos aspectos relativos à classe operária e organizações político-ideológicas que propunham alternativas políticas ao capitalismo que se construía e reconstruía no Brasil e no mundo. Para além da centralidade da pesquisa sobre as organizações mais vistosas e relevantes social e politicamente na luta de classes, buscamos olhar para outros movimentos e propostas de reorganização política, social e econômica para o povo brasileiro e mesmo, uma perspectiva internacionalista.

A retomada da pesquisa, reflexão e propostas de compreensão renovada das experiências de setores das classes operárias e trabalhadoras em geral, grupos e tendências libertárias e sindicalistas revolucionárias têm ganhado atenção de diversos pesquisadores e historiadores envolvidos nos mais diversos programas de pesquisa e grupos de trabalho. Seus esforços dirigem-se na compreensão da consciência de classe, fenômeno que apresentou mutações e manifestações de intensidade variada ao longo da história republicana brasileira. Essa inquietação surge do momento presente, especialmente representado pela década de 2010 e da tão propalada ascensão de camadas populares à tal “classe C”, bem como da demonstração de uma consciência de classe apresentada por setores médios e que têm se orientado ideologicamente por assimilações do liberalismo neoclássico fortemente tingido de rancores reacionários e preconceituosos em relação à discussão acerca de igualdade de gênero; em relação à inclusão social e cidadã de camadas e classes sociais mais pobres; a programas e projetos sociais etc. Alguns grupos chegam a demonstrar atitudes neofascistas. Outros grupos, demonstraram elementos político-ideológicos de matriz fundamentalista cristã evangélica. Enfim, são diversas inquietações e preocupações das mais sérias que têm movido historiadores, cientistas sociais e intelectuais nestes tempos.

De nossa parte, consideramos importante retomar a análise e mesmo, a reconstituição histórica de propostas reformistas que se concebiam como agindo dentro de contextos revolucionários e de retomadas conservadoras na sociedade brasileira. Assim, temos optado pelo estudo das correntes, grupos e organizações políticas que se autodenominavam socialistas durante as décadas iniciais da “República Velha”, ou “Primeira República” – o período todo de cerca de quarenta anos foi muito bem definido



por Jorge Ferreira e Lucilia A. Neves Delgado (2003), como “tempo do liberalismo excludente”.

Objeto e assunto

Paralelamente às questões de organização política e social de classe do proletariado brasileiro, consideramos de fundamental importância a retomada da discussão a respeito de seus posicionamentos políticos econômicos e sociais; na forma de suas críticas e de suas propostas. Nesse sentido, escolhemos focar a pesquisa sobre os socialistas brasileiros do início da República; mais propriamente, em seu tumultuado e violento primeiro quadriênio.

Nossos esforços têm se dirigido à análise da militância dos diversos grupos socialistas que se constituíram desde a Proclamação da República, vista por eles como um ato *revolucionário*, entrelaçado à Abolição. Esse posicionamento, já foi mencionado por Marcus Vinícius Pansardi (1993) e aludido por Cláudio Batalha (2007), tem sido constatado em nossas pesquisas e com o seu prosseguimento estamos revendo seus significados políticos e sociais.

Expliquemo-nos: os socialistas brasileiros assumiram, ainda na última década do Segundo Reinado, a tarefa do combate insistente à escravidão e à monarquia, além da construção do *trabalho* e do *trabalhador* como elementos de progresso e engrandecimento nacional (ARAÚJO NETO, 2016). A Abolição era, em sua visão, além de um ato de justiça social; um ato humanitário e a redenção civilizacional do país, a remoção de um grande impedimento ao engrandecimento moral do povo brasileiro: continha em si a possibilidade para o reconhecimento do trabalho como fator básico para o *progresso*. O fim da escravidão, compreendido como sistema hediondo, deveria retirar as nódoas que cobriam o trabalho e desonravam-no diante da sociedade como algo próprio a sujeitos despidos de sua humanidade. A escravidão impedia o reconhecimento de artífices e operários como elementos de grande grandeza moral e importância econômica e social fundamentais.

Nas fontes, esses socialistas consideravam que, uma vez enterrada a escravidão, o reconhecimento do trabalhador como elemento de progresso civilizacional, econômico e social para a “nacionalidade”, deveria ser conquistado através da democracia social. Esta necessitava do regime republicano para existir e prosperar. Daí sua segunda grande tarefa



imediate: a conquista da República que seria a outra parte da redenção moral e política do povo brasileiro; a antítese do Império, visto como corrupto, decrépito e incorrigível em seus vícios. Evidentemente, concebiam o novo regime a ser conquistado como democrático, quiçá social. Ele deveria aprofundar ao máximo o lema revolucionário francês de 1789 – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – e abrir espaço político e social para a organização independente da classe operária, esta compreendida em conjunto à pequena burguesia de artífices que se proletarizava. Ora, a organização da classe deveria ocorrer com a criação de partido político independente e com a eleição de seus legítimos representantes. Diversos autores se debruçaram sobre a classe operária e sua organização política no período (PANSARDI, 1993; GOMES, 1994; BATALHA, 2003 e 2007; SCHIMIDT, 2007), mas nem sempre se detiveram na análise mais profunda de suas propostas políticas, sociais e econômicas³.

O que apresentaremos à seguir é parte de nossas pesquisas atuais sobre os socialistas brasileiros durante o primeiro quadriênio republicano. Ela deverá se estender em outros trabalhos até os anos 1914 – 1917.

As preocupações econômico-sociais do proletariado brasileiro em tempo de eleições para a Constituinte 1890-91

Já nos primeiros meses da República os socialistas externaram preocupações políticas e iniciaram o debate de questões gerais, atinentes à economia e ao que hoje chamamos de políticas públicas. Faltava, entretanto, maior aprofundamento e refinamento na apresentação do debate que, por sua vez, ainda era incipiente, mas tocado pelo contexto político de eleições para a primeira Constituinte do novo regime. As questões referentes às políticas públicas aparecem articuladas com outras propostas econômicas e políticas, às vezes se misturando. Suas preocupações, críticas e propostas podem tanto ser dirigidas aos poderes públicos locais, regionais e nacionais, como, diversas vezes, figuraram como propostas de encaminhamento autônomo pela própria classe que se organizava.

Entre essas questões econômico-sociais estão preocupações e propostas para o fomento e desenvolvimento da indústria. Seu discurso toma por base a preocupação de

³ Evidentemente, os trabalhos citados acima e nas referências desta comunicação têm grande importância e são parte de uma bibliografia mais ampla.



maneira ampla, ou seja, como paradigma nacional, mas também para âmbito regional. Tanto propuseram, em momentos diversos, a defesa de determinados ramos produtivos, como fizeram explicações ensaísticas sobre ampliação do incentivo ao desenvolvimento industrial a ramos de bens de consumo, articulados com a indústria de bens de produção, articulados também com a extração, transporte e beneficiamento de matérias-primas e produtos primários. Um de seus pontos principais era a diversificação produtiva agropecuária voltada ao mercado interno.

Dentro de um tema aparentemente específico – Cooperativas, geralmente de consumo – envolviam questões muito mais amplas como a construção de moradias populares voltadas à classe operária; criação e oferta de cursos noturnos de alfabetização e até de qualificação profissional em algumas áreas; criação de montepios e de associações mútuas que deveriam cumprir o papel de uma previdência coletiva, embora não pública. Esses temas acima, também foram englobados nas justificativas para a criação de Bancos Operários, que foram lançados simultaneamente ao esforço organizativo partidário independente da classe.

Todas essas iniciativas esbarraram em problemas, como a falta de recursos financeiros e econômicos para a implementação e/ou prosseguimento das iniciativas independentes da classe e, também, por discórdias e disputas políticas internas à classe.

Indústria e nacionalização da produção

No âmbito das classes trabalhadoras desse período (artífices e operários), a discussão relativa à nacionalização da produção como forma de incentivar e, mesmo, de proteger a produção realizada no país, notadamente das manufaturas e nascentes indústrias, já apareceu, historicamente, durante o Segundo Reinado. Entre outros autores, Edgar Carone (1977: 16, 17 e 197-210) comenta o assunto e demonstra em documento de 1877, publicado pelos chapeleiros, a luta de trabalhadores pela produção nacional. Mais completo e conseqüente que esse documento de 1877, que aparenta ser uma peça encomendada por empresários do setor, é o *Manifesto do Corpo Coletivo da União Operária*, dirigido a D. Pedro II e à sociedade em geral através da imprensa, publicado em 7 de setembro de 1885.

O advento da República assistiu ao prosseguimento e desenvolvimento da discussão a respeito do desenvolvimento industrial entre os trabalhadores. Essa discussão



avançou paralelamente ao desenvolvimento da consciência de classe e da concepção de partido. Desenvolvimento problemático, como demonstra a historiografia a respeito e as fontes que temos pesquisado.

Autores, como Marcus Vinícius Pansardi (1993) e Ângela de Castro Gomes (1994) também comentam as estratégias dos socialistas brasileiros de 1890 em propor políticas de incentivo à indústria através de encomendas estatais; proteção tarifária etc. Ambos afirmam que essa estratégia visava ampliar o emprego e fortalecer, ou, ao menos, estabilizar a classe operária em conjunturas em que a desocupação se apresentava. Pansardi nota a presença de elementos ainda saint-simonianos nessas discussões.

Em uma carta na coluna “Publicações a Pedido”, do jornal *Echo Popular*, o missivista “*um Operário*” apela à classe para unida, votar em um candidato *seu*, que defendesse seus interesses na Constituinte. Figurando como “seu interesse” estava a defesa da produção manufatureira e industrial nacional⁴. Não se tratava mais, como nos tempos do Segundo Reinado, de se reivindicar a proteção à manufatura nacional produtora de bens de consumo; tratava-se agora de se propor a construção de locomotivas e navios e a produção industrial de suas peças de reposição. Sem dúvida alguma, se compararmos aos documentos citados por Carone (1977), trata-se de um avanço qualitativo.

No jornal *Echo Popular*⁵, temos uma série de publicações intitulada “Riqueza Pública” tratando de uma ampla proposta de política econômica para o país, abordando algumas regiões em separado e suas supostas potencialidades econômicas. Inicialmente, os artigos parecem apresentar um caráter liberal-ortodoxo em relação aos gastos públicos e à prática da emissão de moeda inconvertível pelo novo regime. O que deveria fazer o governo republicano saído de um ato político supostamente revolucionário? Diante dos problemas do presente, excluindo totalmente a emissão, deveria ter somente duas alternativas: a) Cortar gastos e reduzir o funcionalismo a um mínimo indispensável; b) Incentivar ao máximo a “iniciativa individual”, até com proteção estatal, não especificada, porém.

⁴ *Echo Popular*. Órgão das classes operária, industrial e comercial. Rio de Janeiro, nº 13, 08/04/1890, p. 13.

⁵ Série “Riqueza Pública”, com quatro artigos, publicados nos números 55, 56, 59 e, provavelmente 64, entre 30 de julho e 23 de outubro de 1890, no jornal *Echo Popular*.



Nos próximos números, notamos que os “ecos” liberais tinham muito mais sentido de um saint-simonismo, uma vez que se tratava muito mais do desenvolvimento econômico, que propriamente recurso ao instrumental doutrinário ortodoxo. O autor apresenta a mineração e a indústria como complexo econômico – ainda que não utilize esse termo nem ensaie o desenvolvimento do conceito – em torno do qual giraria a agricultura e o comércio e outras indústrias e manufaturas de bens de consumo e produção para atendimento desse mercado. Sem citar explicitamente o conceito, o autor trata do que seria a formação de um complexo econômico mineiro-industrial. O papel do Estado seria definido em palavras atribuídas a Rui Barbosa, em maiores referências, então Ministro da Fazenda: “ao Estado cumpre o grande papel de atividade criadora, acudindo a todos os pontos onde o princípio individual reclame a cooperação suplementar das forças coletivas”⁶.

Entre a publicação desses artigos, veio à luz “Economia Política”, dividido em duas partes, também pelas páginas do *Echo Popular*. Em sua primeira parte, apresentou-se a dívida externa crescente e os pagamentos de seus serviços como um escândalo. Havia uma crítica séria ao endividamento do Estado junto aos banqueiros. Como se não bastasse, havia uma saída muito grande de recursos na forma de importações de produtos industrializados, gastos com viagens e com remessas de recursos por parte de estrangeiros/imigrantes. Tudo isso se constituía em grande prejuízo à balança comercial e de pagamentos do país⁷. Na segunda e última parte desse artigo, propunha-se o incentivo à indústria ligada à mineração de todo e qualquer gênero (como se vê, acabava apoiando a outra série de artigos sobre economia, à qual se inseriu). Essa atividade deveria se constituir em eixo econômico e deveria ser incentivada em todo o território da Federação, de acordo com os recursos minerais encontrados em suas unidades. O comércio e a agricultura se desenvolveriam para atendimento ao mercado de consumo que se formaria em torno da mineração. E, mesmo em se tratando da realidade concreta do país, a indústria têxtil então existente necessitava crescer e se desenvolver *mais* para atender às demandas de uma população em expansão acelerada. Para que esse desenvolvimento industrial e econômico em geral fosse levado a bom termo e, rapidamente, o autor, “F.A.”,

⁶ “Riqueza Pública III”, in: *Echo Popular*, nº 59, 13/08/1890, p. 1.

⁷ “Economia Política I”, in: *Echo Popular*, nº 57, 06/08/1890, p. 1.



considerava que deveria haver apoio estatal decidido; direto e indireto através do fornecimento de crédito e financiamento a essas empresas e indústrias.

As vantagens estariam no estancamento da saída de ouro ao exterior, uma vez que cairiam as importações pelo atendimento do mercado interno pela indústria de transformação. Aliás, o autor considerava que os brasileiros importavam praticamente as mesmas matérias-primas que vendiam, pagando muito mais por elas estarem transformadas em bens de consumo. Os saldos comerciais positivos obtidos a partir daí, deveriam ser aplicados na liquidação da dívida externa. Esse era o caminho para a prosperidade nacional⁸.

Banco Operário: cooperativas, moradias, mutualidade, montepio e... ilusões!

Em meio à euforia do Encilhamento, entre os trabalhadores também se agitavam propostas econômico-financeiras que deveriam ser uma verdadeira “revolução” organizativa. Nesse sentido, o Banco Operário era uma iniciativa do “cidadão” Vinhaes⁹, que se mostrou “incansável na agremiação das classes operárias” que, a partir de depósitos em dinheiro, poderiam fazer uso de empréstimos a “juros módicos”. Entretanto, o grande objetivo dessa instituição financeira era “resolver o problema importantíssimo da construção de habitações higiênicas e de pequeno aluguel, livrando assim, o pobre da intoxicação dos cortiços e mansardas do Rio de Janeiro”¹⁰. O Banco Operário do Rio de Janeiro era:

Instituição de caráter inteiramente popular, porque pretende concorrer para a democratização do capital por meio de pequenos empréstimos e para confortabilidade [sic] do proletariado, proporcionando-lhe habitação conveniente e barata, tornando-o dela proprietário pelo sistema de uma aquisição adaptável às suas condições, estabelecendo a pequena economia e concorrendo finalmente para o seu bem-estar pelo sistema proveitoso das cooperativas. O BANCO DOS OPERÁRIOS [sic] se dividirá em seções distintas para melhor atingir os fins auspiciosos a que se destina.

Teria diversas seções: “Seção Edificadora”; “Seção hipotecária e de penhor”; “Seção de Caixa Econômica”; “Seção Cooperativa” e “Seção Comercial”.

⁸ “Economia Política, Conclusão”, in: *Echo Popular*, nº 63, 30/08/1890, p. 1. Notemos aí rudimentos de preocupações atinentes à dependência econômica nacional, sem contudo, ter o conceito formulação e explicitação claras e conscientes.

⁹ José Augusto Vinhaes, tenente da Marinha que se aproximou do proletariado desde o 15 de Novembro e se arvorou e foi aceito como um de seus “chefes”. Ele disputou a liderança do Partido Operário com Luiz da França e Silva. Logrou ser o único candidato ligado ao proletariado a ser eleito deputado federal, com mais de cinco mil votos, em 1890.

¹⁰ “Banco dos Operários”, in: *A Democracia*, nº 59, 10/05/1890, p. 2.



De pronto essa iniciativa levantou críticas severas do grupo original e adversário, dirigente do Partido Operário, liderado pelo tipógrafo negro Luiz da França e Silva. Chamaram depreciativamente a iniciativa de “Banco dos Operários Capitalistas”¹¹. Afinal, tratava-se de uma empresa dirigida quase que exclusivamente por empresários e pelo próprio Vinhaes, seu “protetor”. Além disso, qualquer caráter social subsumia diante das exigências pecuniárias da instituição – exigências de integralização de ação no preço de 20\$ (vinte mil-réis) por associado – que iniciava suas atividades. Inclusive, irregularidades contratuais e legais eram apontadas.

Mas, o grupo dirigente do P.O. não poderia deixar de fazer, também, uma proposta pública sobre a questão, considerada de suma importância à classe operária. O “cidadão” Kisnan Benjamin, um sujeito de origem norte-americana, alçado ao grupo dirigente do Partido, “auxiliado por pessoas práticas que tão bem conhecem o sistema econômico praticado entre os operários do Velho Mundo”, resolveu propor uma sociedade por ações com capital de 6.000:000\$000 (seis mil contos de réis) dividido em 120 mil ações de 50\$ (cinquenta mil-réis) cada. Tratar-se-ia de um projeto “tão perfeito e exequível na forma e tão praticável no fundo – que tem espontaneamente merecido de toda a imprensa desta capital justos aplausos”. Era a “*Sociedade de Crédito Operário*”.

Pretende a sociedade realizar o seguinte: facilitar aos operários meios de adquirir e formar patrimônio para suas famílias; emprestar dinheiro aos operários para a compra de prédios e terrenos na capital e zona dos subúrbios; edificar habitações para as classes menos abastadas; adiantar dinheiro sobre valores em títulos de qualquer espécie aos seus associados; constituir-se em Caixa Econômica e Montepio para seus associados; montar armazéns privados de gêneros alimentícios e finalmente realizar toda e qualquer transação e operações bancárias admitidas pelos bancos.¹²

Curiosamente, a proposta “perfeita” e “exequível” de K. Benjamin, supostamente elogiada pela imprensa, não diferia muito daquela de Vinhaes, tão criticada pelos militantes partidários “chefiados” por esse “cidadão”...

Essas iniciativas acabaram varridas pelo vendaval do Encilhamento e não passaram de ilusões; muito mais próximas de empresas capitalistas que propriamente de instituições e iniciativas operárias voltadas à coletividade de sua classe.

¹¹ “Banco dos Operários Capitalistas” in: *Echo Popular*, nº 28, 13/05/1890, p. 3.

¹² “Sociedade de Crédito Operário”, *Echo Popular*, nº 54, 26/07/1890, p. 1.



Educação para os trabalhadores: ensino técnico-profissional e articulação com projetos econômicos

Desde os primeiros dias de existência da organização política de classe dos trabalhadores, a questão da educação e do ensino técnico-profissional esteve entre suas principais preocupações. No Rio de Janeiro, então Capital Federal recém-instituída sobre a antiga Corte Imperial, os trabalhadores e militantes socialistas que já discutiam essa questão em seus jornais desde mais de uma década, retornavam ao tema.

As críticas ao ensino propedêutico continuaram praticamente no mesmo tom. É o caso do artigo “Ensino Profissional”, que deveria ser uma série, mas da qual temos apenas o primeiro. Trata-se de uma crítica ácida ao ensino dito “bacharelesco” considerado “excessivamente teórico”, voltado aos filhos das oligarquias governantes e, em oposição, a defesa do ensino técnico-profissional para os filhos das classes trabalhadoras e populares em geral. Essa segunda modalidade de ensino deveria ser parte de ações para o desenvolvimento nacional.

Um país como o nosso, que não tem belas e confortáveis cidades, bem ornadas, bem iluminadas; um país que não tem tirado de seu solo a quinta parte dos produtos que ele encerra; um país que importa tudo; que não tem canais; que não tem longas e numerosas estradas de ferro; em que se contam às dúzias as grandes oficinas; em que a influência do trabalho do estrangeiro se faz tanto sentir; um país, como o nosso, não precisa de bacharéis, não requer pedantocratas, não necessita de escolas para doutores e teóricos¹³.

Não podemos deixar de notar a antagonismo de classe dos trabalhadores em relação às classes dominantes representadas pelos seus bacharéis e *pedantocratas* no poder. Esse domínio de classe das oligarquias resultava em um país economicamente dependente, conquanto o autor não declare isso expressamente e tampouco desenvolva um conceito aproximado. Entretanto, já percebia o problema econômico fundamental empiricamente. Para se alterar o quadro, para se garantir a soberania nacional, era preciso desenvolver meios de transporte modernos; infraestrutura urbana; a indústria e mesmo a agropecuária e mineração. Esse era um interesse de classe do proletariado organizado que se confundia com os interesses e desígnios mais altos da nação, vista nesse discurso como o conjunto das as classes trabalhadoras e populares em geral.

Para além da crítica severa, o Partido Operário deveria propor algo concreto como indicação do esforço para superação do problema social e econômico denunciado. E o P.

¹³ “À Classe Operária”, *Echo Popular*, nº 18, 19/04/1890, p. 2.



O. lançou sua ação em relação à educação. No começo de julho, anunciou a abertura de matrículas para um curso noturno seu, dirigido por Evaristo de Moraes, “secundado por hábeis auxiliares” e apoiado pelo Conselho do Partido. “As aulas serão de ensino primário, de gramática portuguesa, de aritmética prática, de geografia industrial, de história pátria, de química aplicada à indústria e de economia doméstica”¹⁴. Talvez a iniciativa do P.O. e de Evaristo de Moraes fosse menos prática do que se propunham os articulistas anteriores. Mas, certamente, aliava o necessário de conhecimentos teóricos e práticos, não, porém, exatamente técnico-profissionais, como para a formação do cidadão de maneira relativamente geral, embora não tenham se referido ao conceito, apenas intuído.

Essas iniciativas eram, em sua grande maioria das vezes, efêmeras. Mas, nem por isso deixaram de ser tentadas diversas vezes ao longo das décadas da República Velha.

Propostas de políticas de econômicas e de políticas públicas em outras regiões de Brasil¹⁵

Na Bahia, tanto em 1891, sob a liderança do Partido Operário regional, como sob a liderança do Centro Operário, a partir de meados de 1893, a educação pública era objeto de discussões. No artigo “Educação Operária”, os líderes políticos Domingos Francisco da Silva e Matheus Alves da Cruz Rocha, denunciam as condições da infância pobre no estado. Ou eram presas da exploração do trabalho infantil nas ruas e campos, ou padeciam no mais completo abandono. Crianças que deviam ser o futuro da nação; da pátria; os sucessores dos adultos nas artes e ofícios, não tinham instrução nas “ciências”, nem em ofícios qualificados. E isso em um momento em que se clamava contra a “falta de braços”. Nesse sentido, os autores confrontam as classes ricas/dominantes com seu ar arcaico e terminam reivindicando: “Não senhores feudais (se ainda predominam) o dia ontem não é o dia de hoje”. Apela ao patriotismo do chefe do governo para “arrancar essa multidão de infelizes e inocentes do domínio das trevas e do domínio do vício e da prostituição ao que são levados pela ignorância”. E, finalmente o lembram de suas promessas políticas:

¹⁴ “Curso Noturno do Partido Operário” *Echo Popular*, nº 47, 02/07/1890, p. 3.

¹⁵ Neste subtítulo, abordamos principalmente as iniciativas de regiões mais ligadas ao Nordeste brasileiro atual, refletindo o estágio de nosso trabalho.



“Senhores do estado, se é que os vossos espíritos estão sinceramente [ilegível] pelo bafejo inesperado, porém dominante, de uma aurora republicana”¹⁶.

Passados dois anos, persistiam as preocupações com o que deveria ser a educação pública. No artigo “Ensino Obrigatório”, Ismael Ribeiro declarava que enviaria uma “representação aos nossos futuros representantes” para que tratassem o mais breve possível da “reforma da instrução pública criando a obrigatoriedade do ensino” para “salvar a multidão de crianças” “abandonadas”. Tratar-se-ia de um objetivo patriótico para a República, além de um anseio e de uma necessidade social do proletariado e, sem dúvida, das classes populares¹⁷.

Outra preocupação externada nas páginas d’*A Voz do Operário*, que afligia tanto a capital, Salvador, como cidades do interior baiano, era a “carestia” de vida. Também, nesse caso, apelava-se às autoridades para que tomassem providências contra monopólios e situações que encareciam os gêneros e dificultavam sobremaneira a vida dos trabalhadores e dos humildes.

Também, em 1891, em Aracaju, Sergipe, os trabalhadores exigiam providências do novo regime. No artigo “Educação Popular” defende-se a democracia e esperava-se grande transformação do caráter nacional com sua implantação por meio da República – ao menos era o que esperavam esses trabalhadores. “A democracia tem de empreender desde já a obra gigantesca da regeneração dos costumes sociais. Esta regeneração só pode ser feita por meio da educação das massas populares, tanto na escola como na imprensa e na tribuna”. E a educação deveria servir para valorizar ainda mais a ética e os princípios do trabalho, elemento máximo da regeneração moral, defendido desde os tempos recuados dentro do Império, considerado corrupto, atrasado e pernicioso¹⁸.

No jornal, *O Trinta de Maio*, vemos a preocupação de Bráulio Marins, redator, com a política econômica como um interesse do proletariado¹⁹. A questão primordial era o desenvolvimento econômico industrial: “Animem a indústria nacional e teremos um manancial de riquezas”. Para se proteger o “trabalho” – leia-se: a indústria e o trabalhador

¹⁶ “Educação Operária”, in: *A Voz do Operário. Órgão oficial do Partido Operário*, Bahia [Salvador], 19/09/1891, p. 1.

¹⁷ “O Ensino Obrigatório”, in: *A Voz do Operário. Órgão oficial do Centro Operário*, Bahia [Salvador], nº 1, Ano I, 02/01/1894, p. 2.

¹⁸ “Educação Popular”, in: *O Operário*, Aracaju-SE, nº 1, 25/01/1891, p. 1.

¹⁹ “Operariado”, *Trinta de Maio*, órgão do Centro Operário de Macahe, Macaé-RJ, Ano I, nº 4, 30/08/1892, p. 1.



nacional – dever-se-ia lançar mão claramente do protecionismo estatal: “Criem-se impostos pesados para trabalhos importados e facilitem-se os nossos”. Assim como entre os operários cariocas, o proletariado de Macaé tinha em vista as riquezas nacionais, tanto agropecuárias como, minerais resumidas na riqueza do solo e subsolo, mas não para a exportação pura e simples. Com efeito, a frase a seguir é tanto um apelo ao Estado, como à burguesia nacional, conquanto o sujeito seja indeterminado: “Montem-se fábricas em abundância porque o nosso solo é pródigo em todo o material”. Se não temos um sujeito nessa conclamação, sabe-se que a tarefa principal deveria ser realizada pelos trabalhadores: “Uni-vos operários e fazei representantes dos vossos companheiros que eles pedirão fontes de renda que animem o vosso trabalho”, ou seja, a indústria²⁰.

É interessante realçar que Marins e o Centro Operário local, não fazem qualquer menção à agricultura comercial altamente valorizada, ou a qualquer tipo de atividade mineradora ou pecuária de exportação. Vemos claramente que o autor não tem qualquer pudor liberal-ortodoxo. Se não está claro se ele pretende que essas iniciativas industriais caibam ao Estado exclusivamente, não deixa de ter um componente misto a partir do apoio protecionista tributário e da iniciativa de representantes políticos da classe operária, certamente a partir das câmaras legislativas, para sua consecução.

Na capital do Maranhão não constatamos a existência de qualquer organização partidária formal da classe operária. Mas ela tinha em Raymundo Chrispino Ramos Villar, redator do *O Operário*, seu porta-voz. No transcorrer de 1893, Ramos Villar defendeu a iniciativa cooperativista na capital maranhense e propagandeou o socialismo insistentemente e pregou com mais insistência ainda, a instrução e educação do operariado, inclusive por iniciativa da própria classe.

A experiência da Cooperativa de Consumo Maranhense, que sofreu várias vicissitudes, como a tentativa de sua diretoria em se apropriar da mesma e a hostilidade da burguesia local, terminou melancolicamente descaracterizada. Malgrado os esforços despendidos, o resultado final decepcionava os socialistas. Em boa parte, eles responsabilizavam a própria classe operária por isso:

O maldito indiferentismo dos operários tem dado causa ao servilismo indecoroso junto ao capital, e este zomba impunemente sem temer sequer uma reação deles. Têm se levantado nesta terra inúmeros baluartes que têm feito temer a burguesia, porém têm sido baldados todos os esforços por causa do malvado indiferentismo²¹.

²⁰ “Operariado”, *Trinta de Maio, Órgão do Centro Operário de Macahe*, Ano I, nº 4, 30/08/1892, p. 1.

²¹ “O indiferentismo”, *O Operário*, nº 55, 27/1/1894, pp. 1 e 2.



Para Ramos Villar, a Cooperativa de Consumo Maranhense “nascida de operários”, acabava “criada por burgueses”... Malgrado às promessas, “o que vimos foi um novo armazém que se abriu, e que só tem servido para a burguesia”.

Entretanto, Ramos Villar e Jayme Niza (pseudônimo de Carlos Santos) também travaram uma grande batalha em relação à educação operária durante todo o ano de 1893 e início de 1894.

Eis que das páginas d’*O Operário* lança-se o projeto, humilde, mas de iniciativa própria, sem depender do Estado e das classes dominantes: “Escola Noturna Operária”. Pretendia-se, até o fim do mês de junho de 1893, organizarem-se aulas noturnas de nível “primário” e “indubitavelmente outras matérias secundárias de que havemos mister”. A própria redação do jornal punha-se como agente organizador convidando “todos os colegas artistas, quer simples oficiais, quer donos e mestres de oficinas” que quisessem frequentar as aulas, ou “seus filhos, discípulos e protegidos” e irem discutir e deliberar “o que for mister” em reunião na residência de Ramos Villar²². A escola, com todas as suas dificuldades, foi organizada na própria residência do caldeireiro Ramos Villar, também redator do jornal. Recebeu os lampiões como doação de seus colegas artífices, proprietários de oficinas, como ele. Lutou sempre com a baixa frequência às aulas e levou a experiência educacional até onde pôde. A partir de fins de janeiro de 1894, não temos mais qualquer notícia sobre os esforços desses socialistas maranhenses.

O final do arquivo deste jornal impede-nos de acompanhar o histórico desse esforço e a constatação e análise de seus resultados. Fica, contudo, registrado esse esforço independente de classe diante da negligência do Estado republicano para com a Educação Pública e técnica-profissional e no combate ao analfabetismo e oferecimento de qualificação profissional. Evidentemente, esse também seria um esforço de formação político-ideológica. Esse esforço era tanto mais necessário quando se constatava ser o analfabetismo um poderoso obstáculo para a formação da consciência de classe e organização política e social dos trabalhadores. Tinha-se que começar das bases mais profundas e primárias...

Fechando as primeiras impressões

²² “Escola noturna operária”, *O Operário*, n° 26, 18/6/1893, p. 2.



Um primeiro olhar sobre as experiências da classe operária e dos socialistas que se apresentavam como seus porta-vozes nesses anos finais do século XIX, gera certa melancolia. Afinal, praticamente todos os seus esforços foram baldados ou tiveram efêmeros resultados.

Entretanto, cabe-nos algumas reflexões: apesar das decepções com o novo regime; apesar de a República ir se revelando quase tão conservadora quanto fora outrora o Império, ainda mantinham esperanças em conquistas democráticas que se materializariam no que hoje chamamos de políticas públicas. E uma das reivindicações constantes era a Educação pública gratuita. Diante da omissão dos poderes públicos constituídos; diante da omissão e do descaso dos republicanos, os trabalhadores procuraram eles próprios dar vida a iniciativas de ensino. Como vimos, a educação tinha um duplo valor: a elevação do nível cultural e mesmo social do proletariado que padecia em grande parte no analfabetismo, como sua articulação com o ensino técnico-profissionalizante representaria novas oportunidades de emprego e, fundamentalmente, representaria fator de progresso técnico e econômico a apoiar um processo de industrialização e desenvolvimento econômico diversificado e voltado ao mercado interno.

Essa questão da educação articulava-se fundamentalmente ao debate a respeito do desenvolvimento econômico nacional que os socialistas envidavam nesses anos. Nesse ponto, como no anterior, a respeito da educação, os socialistas não falavam apenas em nome da classe operária; falavam em nome da *nação*. Mas, sempre a partir de uma perspectiva classista e no interesse do proletariado. Conquanto seu discurso a respeito do desenvolvimento econômico centrado no desencadeamento de um processo de industrialização pudesse favorecer inquestionavelmente à burguesia. E eles tinham plena consciência disso! Contudo, tratava-se do desenvolvimento econômico do país, do qual o proletariado seria o agente executivo e, também, beneficiado. Seria beneficiado com os empregos que surgiriam e com o próprio aumento físico quantitativo e qualitativo da classe, já que a complexidade industrial exigiria maior qualificação dos trabalhadores. Isso amplificaria a força social da classe e poderia conferir-lhe a força política necessária para democratização, de fato, da República.

E, embora, as oligarquias que se apoderaram da República não cumprissem o papel de *elite*, de *classe dirigente*, somente se colocasse como classe dominante, os trabalhadores continuaram os debates através dos socialistas.



A insistência desses atores sociais e políticos em desempenhar seu papel, apesar das adversidades, é algo a ser compreendido e merece novas reflexões.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO NETO, Adalberto C., “República, democracia, abolição e moralidade do trabalho: o discurso socialista brasileiro em fins do Segundo Reinado”, *Anais do XXIII Encontro Regional de História da ANPUH-SP*, ANPUH-SP: 2016, http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1462146809_ARQUIVO_Publica,democracia,abolicaoemoralidadedotrabalho.pdf, acesso em 03/03/17.

BATALHA, Cláudio H. M., “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”, in: *Cadernos do AEL*, Campinas: 1999, vol. 6, nº 10/11.

_____, “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX” in: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil. Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007, vol. 2.

BLOCH, Marc. *A apologia da História, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília A. N. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Ângela M. C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, 2.^a Ed.

HARDMAN, F. Foot e LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho No Brasil*. São Paulo: Ática, 1991, 2.^o ed.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília: Câmara dos Deputados, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

_____, “A proto-história do marxismo no Brasil” in: MORAES, João Quartim, REIS, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007, 2.^a ed., vol. 1.

PANSARDI, Marcus Vinícius. *Republicanos e operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889-1903)*. Campinas-SP: Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política, Unicamp, 1993.

PENNA, Lincoln de Abreu. *República brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



SALVADORI, Massimo, “A social-democracia alemã e a Revolução Russa de 1905. O debate sobre a greve de massa e sobre as ‘diferenças’ entre Oriente e Ocidente”, in: HOBBSAWM, Eric J. et al. *História do Marxismo III. O marxismo na época da Segunda Internacional (Segunda parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, 2.^a ed.

SAINT-SIMON, Henri, “Parábola (1819)”, in: FERREIRA, Serafim (org. trad.). *O socialismo antes de Marx*. Lisboa: Editorial Fronteira, 1976.

SCHMIDT, Benito Bisso, “Os partidos socialistas na nascente República”, in: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *A formação das tradições, 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (As esquerdas no Brasil, vol. 1), 2007.

SCHULZ, John. *A crise financeira da Abolição*. São Paulo: EDUSP, 1996.

VARES, Luiz Pilla. *O anarquismo: promessas de liberdade*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFERSGS, 1992.

WOODCOCK, George. *História das ideias e movimentos anarquistas. Vol. 1: A Ideia*. Porto Alegre: L&PM, 2002.